

Agricultura, campesinato e sistemas agroalimentares: uma proposta de abordagem para a transição agroecológica

Julian Perez-Cassarino¹

Angela Duarte Damasceno Ferreira²

Paulo Henrique Mayer³

RESUMO

Este artigo procura analisar a agroecologia por meio da compreensão do papel que teve e tem o campesinato na sua constituição. Após fazer tal reflexão, procura situar a agroecologia no âmbito do sistema agroalimentar como um todo, analisando como os agricultores familiares transformam a proposta agroecológica e são transformados por ela. Na sequência dessa discussão teórica, apresenta-se uma abordagem para a transição agroecológica baseada em uma estratégia multidimensional que articula diferentes motivações para que os agricultores realizem essa transição: motivações técnicas e produtivas, ambientais, socioculturais, econômicas e políticas. Uma abordagem complexa como essa pode entender e facilitar a transição agroecológica e contribuir, assim, para o redesenho dos sistemas agroalimentares. Palavras-chave: Agroecologia. Agricultura familiar e camponesa. Sistemas agroalimentares.

ABSTRACT

This article seeks to analyze agroecology through the understanding of the role that has had and still has the peasantry in its constitution. After reflecting upon this role, we considered agroecology within the food system as a whole, discussing how family farmers transform agroecological proposal and are transformed by it. Following this theoretical discussion, the paper presents an approach to the agroecological transition based on a multidimensional strategy that articulates different motivations for farmers to undertake this transition: techniques et productive, environmental, cultural, economic and political motivations. Only a complex approach like this can understand and facilitate the agroecological transition and thus contribute to the redesign of agrosystems.

Keywords: Agroecology. Family and peasant farms. Agrosystems.

¹Engenheiro Florestal, doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Laranjeiras do Sul.

²Socióloga, doutora em Sociologia pela Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), professora do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

³Engenheiro Agrônomo, doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Laranjeiras do Sul.

1 AMPLIANDO OS OLHARES SOBRE A AGROECOLOGIA

Agroecologia será o arado para o cultivo de um futuro sustentável e haverá de articular-se a processos de transformação social que permitam passar da resistência à globalização à construção de um novo mundo.

(LEFF, 2002, p. 50).

A agroecologia possui origens muito próximas ao resgate das discussões em torno das questões ambientais nas décadas de 60 e 70 do século passado. Efetivamente, a própria obra de Rachel Carson (Primavera silenciosa), um marco dos primórdios dos debates sobre sustentabilidade, tinha como um dos principais focos de denúncia os impactos do uso de agrotóxicos na agricultura.

Não obstante a importância dos conceitos propostos por Rudolf Steiner na década de 1920, por meio dos postulados da agricultura biodinâmica e pressupostos levantados por Sir Albert Howard na década de 1940, a discussão acerca de alternativas aos padrões da agricultura industrial ganha corpo a partir da década de 1970 (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

O debate em torno da agroecologia se confunde com a entrada da agenda ambiental nos grandes debates internacionais nos anos 1970-80, sustentando uma proposta de uso sustentável dos recursos naturais, baseado na aplicação dos princípios da ecologia nas formas de manejo agropecuário. Esta proposta, que tem em Miguel Altieri e Stephen Gliessman seus principais difusores, parte do resgate e da revalorização das práticas agrícolas tradicionais indígenas/camponesas na América Latina, notadamente nos Andes e no México (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 2000).

Essa perspectiva, apoiada no conhecimento e na tradição de manejo dos recursos naturais por parte de comunidades indígenas e camponesas, é aprofundada por outros autores do campo das ciências sociais, entre os quais se podem destacar Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel Gonzalez Molina, que identificam as origens da agroecologia dentro da evolução dos estudos sobre o campesinato. Partindo de um relato histórico do debate em torno do campesinato, esses autores se apoiam nas releituras da constituição do campesinato enquanto categoria social, a partir de sua relação com o ambiente, ou seja, pela forma como constitui e maneja os agroecossistemas em que estão inseridos, tendo como principal referência os estudos de Angel Palerm e Victor Toledo (SEVILLA-GUZMÁN, 2006ab).

Ambas as perspectivas demonstram, já na sua origem, as diferentes epistemes que compõem a base da proposta agroecológica. Possuem o traço comum de estabelecer a agroecologia enquanto ciência, uma ciência de caráter intrinsecamente interdisciplinar e baseada na complexidade e no diálogo de saberes, em que o saber tradicional cumpre um papel fundamental (ALTIERI, 1999; FLORIANI; FLORIANI, 2010; LEFF, 2002; SEVILLA-GUZMÁN, 2006ab). Ainda como elemento agregador de ambas as propostas teóricas, bem como observado nas construções no âmbito dos movimentos sociais e das organizações não governamentais, o campesinato se configura como o elemento estruturante da ciência agroecológica e o principal ator de implementação das práticas agroecológicas.

Nesse sentido, o saber camponês se constitui como base de sustentação da ciência agroecológica, mas, ao mesmo tempo, é objeto de transformação e de reconfiguração, a partir do diálogo com o conhecimento científico, sendo o *locus* da ação concreta das práticas agroecológicas a campo, conforme assevera Leff (2002, p. 41/42):

As práticas agroecológicas resultam culturalmente compatíveis com a racionalidade produtiva camponesa, pois se constroem sobre o conhecimento agrícola tradicional, combinando este conhecimento com elementos da ciência agrícola moderna. As técnicas resultantes são ecologicamente apropriadas e culturalmente apropriáveis; permitem a otimização da unidade de produção através da incorporação de novos elementos às práticas tradicionais de manejo, elevando a produtividade e preservando a capacidade produtiva sustentável do ecossistema. [...]

Isso implica ir além do estudo das economias camponesas para garantir a sobrevivência das comunidades indígenas e a sustentabilidade das economias camponesas, estabelecendo um vínculo da Agroecologia em uma nova teoria da produção, que se sustenta no espaço rural e que, portanto, convoca os povos do campo e das florestas como atores privilegiados do processo.

A agroecologia, nessa perspectiva, assume um caráter multidimensional, no qual as questões técnico-produtivas, relacionadas diretamente com as práticas de manejo e de conservação dos recursos naturais, se articulam às dimensões econômicas, sociais e culturais do agricultor e mais além da unidade produtiva. Segundo Altieri, “trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 2009, p. 23).

Dessa maneira, a agroecologia cobra uma postura crítica aos atuais modelos de produção e distribuição de alimentos, seja pelos seus efeitos ambientais e à saúde humana, seja pelas iniquidades sociais e desníveis econômicos observados pelos avanços da agricultura industrializada, sustentada na segmentação e na elitização do conhecimento. A proposta agroecológica demanda um enfoque holístico, em que “a agricultura há de ser contemplada como uma interseção de sistemas de natureza ecológica, social e econômica” (SEVILLA-GUZMÁN, 2006a, p. 224, tradução nossa), a partir do qual o diálogo com o conhecimento camponês, historicamente construído, adquire um lugar essencial no seu desenvolvimento.

A constituição de uma agroecologia de caráter transformador exige o desenvolvimento de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis, porém com a perspectiva de constituir novas relações sociais e econômicas, bem como sustentar-se em um enfoque sistêmico e complexo de construção do conhecimento. O casamento entre as disciplinas da ecologia e da agronomia, no sentido de redesenhar tecnicamente os agroecossistemas, pressupõe um dos pilares de sustentação de uma ciência e práticas agroecológicas, porém, não sustentam a constituição de uma perspectiva sistêmica que busca analisar ao máximo a teia de relações que configura o favorecimento de determinados atores em detrimento de outros. Conforme afirma Sevilla-Guzmán (2006c, p. 14, tradução nossa):

A Agroecologia utiliza um enfoque integral no qual as variáveis sociais ocupam um papel muito relevante, uma vez que apesar de partir da dimensão técnica (artificialização ecológica da natureza para obter alimentos) e seu primeiro nível de análise seja a propriedade rural; a partir dela, se pretende entender as múltiplas formas de dependência que o funcionamento atual da política, da economia e da sociedade

gera sobre os agricultores. Mas, além disto, a Agroecologia considera como central a matriz comunitária em que o agricultor está inserido; ou seja, a matriz sociocultural que dota de uma práxis intelectual e política a sua identidade local e a sua rede de relações sociais. A Agroecologia pretende então, que os processos de transição nas propriedades da agricultura convencional para agricultura ecológica se desenvolvam neste contexto sociocultural e político e que suponha propostas coletivas que transformem as formas de dependência anteriormente assinaladas.

Desse modo, a agroecologia toma o campesinato como referente técnico, social, econômico e cultural para a proposição de uma nova agricultura que, em diálogo com a construção de novos conhecimentos científicos, no âmbito das tecnologias, da compreensão das dinâmicas sociais e econômicas e desenho de processos metodológicos, configura a potencialidade dessa proposta em se tornar uma forma alternativa de organizar as dinâmicas agroalimentares – alternativa que responda aos anseios de uma sociedade em busca de equilíbrio ambiental, equidade social, saúde e qualidade de vida.

Muito mais do que uma perspectiva voltada ao fortalecimento de uma categoria social, com a delimitação de uma amplitude espacial às unidades de produção ou a uma valorização idílica de uma agricultura do passado, a construção dialógica entre o saber historicamente acumulado pelo campesinato e o conhecimento científico se constitui como um paradigma para uma nova agricultura. Nesse sentido:

o porvir da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Esse modelo antagônico da empresa capitalista tem já sua protoforma no sistema camponês (PALERM, 1980 apud SEVILLA-GUZMÁN, 2006b, p. 189/190, tradução nossa).

À compreensão e potencialização dessa racionalidade correspondem processos metodológicos inovadores e diferenciados, que facilitem o diálogo de saberes e propiciem espaços de troca e interação de onde possam se construir os novos conhecimentos capazes de se constituírem como alternativas aos padrões hegemônicos de organização da agricultura e das atividades a ela relacionadas.

Tais perspectivas serão objeto de análise e construção teórica da proposta agroecológica nas seções a seguir.

2 O CAMPESINATO COMO FORMA SOCIAL E AMBIENTAL ESTRUTURANTE DA CIÊNCIA E DA PRÁTICA AGROECOLÓGICA

As origens da agricultura estão datadas entre 11.000 e 8.000 anos atrás, a partir do momento em que a espécie humana passa a domesticar determinadas plantas e animais, através de uma estratégia mista que unia a caça e a coleta ao cultivo e criação e que lhe possibilitou maior segurança alimentar e inclusive a possibilidade de assentar-se em determinado território (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Ao delimitar territórios, o ser humano passou a manejar os recursos naturais disponíveis, no sentido de constituir agroecossistemas que respondessem às necessidades de seu agrupamento social. A configuração de um agroecossistema pressupõe um processo de artificialização dos ecossistemas nativos, normalmente resultando em redução de diversidade e, em muitos casos, no comprometimento do equilíbrio das dinâmicas naturais que sustentam a vida em determinado ambiente (ALTIERI, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2006; SEVILLA-GUZMÁN, 2006ab).

Nessa perspectiva, o conhecimento sobre as condições ambientais locais bem como o desenvolvimento de formas de manejo que minimizem tais desequilíbrios caracterizam as diferentes formas de apropriação dos recursos naturais pelas comunidades agricultoras, a partir da qual se configuram diferentes culturas que, por sua vez, tornam-se um dos elementos essenciais ao estabelecimento de identidades comuns, conforme destaca Porto-Gonçalves (2006, p. 211):

Um dos maiores patrimônios que a humanidade dispõe é a diversidade de cultivares forjados nos mais diferentes nichos, adaptados à seca e à umidade, a altitudes as mais diversas, assim como soluções para manter, pela cultura (conhecimento técnico, mítico e religioso), o equilíbrio das espécies eleitas, selecionadas e cultivadas. Há uma forte correlação entre a agricultura e a expansão e a consolidação dos diversos troncos linguísticos existentes ainda hoje no planeta.

Esse potencial cultural construído ao longo de gerações se constitui num dos principais aportes que o campesinato presta à humanidade, enquanto proposta de manejo sustentável, criativo e apropriado às condições ambientais (físicas, climáticas, biológicas) e socioculturais locais. Mais do que um processo necessariamente reflexivo ou orientado por uma perspectiva de sustentabilidade futura, presente em maior ou menor intensidade em determinadas culturas e agrupamentos sociais, o caráter ambientalmente apropriado do manejo feito pelos camponeses pode ser atribuído ao profundo conhecimento das dinâmicas naturais do ambiente no qual está inserido. Da mesma forma, contribui a essa perspectiva de sustentabilidade a necessidade de desenvolver ao máximo sua atividade produtiva contando com quase nulas possibilidades de aportes de recursos e energia externos à unidade de produção, resultando em sistemas de produção altamente diversificados, por intermédio de cultivos e criações consorciados e/ou em sucessão (ALTIERI, 1999, 2009; GLIESSMAN, 2000).

Segundo Altieri (1999, 2009), as adaptações e as melhorias realizadas pelas comunidades ao longo da história, no sentido de maximizar seus rendimentos e de propiciar a conservação dos recursos disponíveis, geraram uma enorme diversidade de agroecossistemas, que variam na sua constituição e nas formas de manejo, de acordo com as condições geográficas e históricas em que se desenvolveram. O autor destaca alguns aspectos que podem ser considerados como estruturais e que são compartilhados pela grande maioria dos diferentes sistemas desenvolvidos no âmbito das comunidades camponesas das diversas regiões do mundo:

- contém um grande número de espécies;
- exploram toda uma gama de microambientes com características distintas, tais como solo, água, temperatura, altitude, declividade ou fertilidade, seja em um único campo de cultivo, seja em uma região;
- mantêm os ciclos de materiais e resíduos através de práticas eficientes de reciclagem;
- têm como suporte interdependências biológicas complexas, resultando em um certo grau de supressão biológica de pragas;
- utilizam baixos níveis de insumos tecnológicos, mobilizando recursos locais baseados na energia humana e animal;
- fazem uso de variedades locais e espécies silvestres de plantas e animais;
- produzem para o local (ALTIERI, 2009, p. 31).

Tais características são o resultado de um processo de coevolução entre comunidades humanas e natureza, no qual a cultura, enquanto conhecimento, cumpre um papel estratégico. É nesse saber que reside o potencial a se desenvolver no âmbito da agroecologia, saber este que, por sua vez, foi intensamente expropriado pela agricultura de caráter industrial intensivo (ALTIERI, 1999; GUZMÁN; GONZALEZ; SEVILLA-GUZMÁN, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Por outro lado, a agricultura industrial propagada pela 'revolução verde' pressupôs um intenso processo de homogeneização das culturas, seja no âmbito da diversidade de espécies cultivadas (cada vez mais reduzido), seja no que se refere à privatização do conhecimento em torno das variedades vegetais e das raças animais utilizadas. A esse processo correspondeu um pacote de tecnologias associadas (fertilizantes químicos, agrotóxicos, mecanização), que suplantaram e subjugararam o conhecimento camponês que passou a ser visto como atrasado, inadequado ou, em algumas exceções, preservado numa perspectiva folclórica ou idílica. Contrariando essa tendência:

a validação do paradigma da agroecologia não se produz conforme as regras da produção científica convencional, mas através da experiência dos saberes práticos. São conhecimentos que se afeiram à terra, conduzidos por saberes individuais dos produtores diretos (LEFF, 2002, p. 44).

Assim, conforme assevera Sevilla-Guzmán (2006b, p. 226, tradução nossa):

A agroecologia pretende realizar tal empreita partindo da análise da coevolução social e ecológica para aprender daquelas experiências nas quais o homem tem desenvolvido sistemas de adaptação que tem permitido formas corretas de reprodução social e ecológica dos agroecossistemas.

O estabelecimento das práticas deve ser compreendido dentro das relações sociais, econômicas e políticas em que determinada comunidade se encontra inserida. As estratégias de uso e manejo dos recursos naturais desenvolvidas por famílias camponesas em boa parte das ocasiões respondem a uma

articulação de interesses e de fatores externos e internos à sua própria dinâmica, de forma a viabilizar sua condição de reprodução social e ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2006; SEVILLA-GUZMÁN, 2006a).

Nesse sentido, a relevância que cobra o conhecimento camponês na construção das práticas e das ciências agroecológicas corresponde a uma compreensão aprofundada sobre suas dinâmicas internas e sua relação com fatores externos à sua estrutura, que termina por configurar sua racionalidade, traduzida em práticas, técnicas, ritos e crenças em cada realidade que se estuda ou intervém. Como destaca Sevilla-Guzmán (2006a, p. 226/227, tradução nossa):

[...] os grupos humanos tem utilizado historicamente seu conhecimento dos recursos naturais nos processos de artificialização ecossistêmica. Por isto o conhecimento do manejo dos recursos naturais requer conhecer a história do campesinato, da ciência e da tecnologia no uso e abuso da natureza o qual só será possível perante um conhecimento histórico não da natureza imaculada, senão da incidência das estruturas sociais e das representações sociais da natureza no manejo dos recursos.

Sevilla-Guzmán, em seus dois livros do ano de 2006 (*De la Sociología Rural a la Agroecología e Desde el Pensamiento Social Agrario*), faz um resgate histórico, entre outras questões, do debate em torno do campesinato dentre as mais diferentes linhas e abordagens, de forma a extrair elementos destas tradições que subsidiem a construção da ciência agroecológica. Segundo o autor, as leituras que incorporam as dimensões étnicas e ambientais à compreensão do campesinato são as que têm lançado mais luzes sobre o entendimento da questão agroecológica, de acordo com o que ressalta:

[...] o 'problema' só começa a clarificar-se quando se compreende [...] desde uma perspectiva agroecológica que o campesinato é mais que uma categoria histórica ou um sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre dito entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de dita tecnologia [...] (SEVILLA-GUZMÁN, 2006b, p. 189, tradução nossa).

A leitura proposta se apoia, fundamentalmente, em uma análise do campesinato europeu, no seu sentido clássico, e do camponês latino-americano, na maioria de origem indígena, o qual traz diferenças em relação à construção histórica do campesinato brasileiro e as características que este desenvolveu. Nesse sentido, não se podem extrapolar – uniformemente – os aspectos aqui levantados para o campesinato como um todo, em suas mais diversas realidades. Porém, compreende-se que há elementos da leitura proposta pelos autores que articulam agroecologia e campesinato cujos resultados estabelecem princípios passíveis de serem tomados como referência para a compreensão desta articulação.

Essa perspectiva se constrói a partir de uma tradição chayanoviana, apoiada fundamentalmente na perspectiva dos ótimos diferenciais, que permitem uma flexibilidade de ação e de arranjos técnicos, econômicos e produtivos, os quais possuem influência marcante nas formas de manejos dos recursos naturais (SEVILLA-GUZMÁN, 2006ab). Assim, a lógica do campesinato, orientada pela busca de sua

reprodução social, delimita uma racionalidade que configura um modo de relação com os recursos naturais disponíveis, a partir das condições sociais, técnicas e econômicas de que dispõe e que tem sido o processo responsável pela sua continuidade histórica. Tal flexibilidade do campesinato permite que:

[...] não só subsista[e] modificando-se, adaptando-se e utilizando as possibilidades que lhe oferece a mesma expansão do capitalismo e as contínuas transformações do sistema”, senão que subsiste também graças as “vantagens econômicas frente as grandes empresas agrárias” que possuem suas formas de produção. Tais vantagens procedem, segundo mantinha Palerm, de que “produz e usa energia da matéria viva, que inclui seu próprio trabalho e a reprodução da unidade doméstica de trabalho e consumo”. [...]

Os processos de inserção do campesinato na sua matriz social possuem um contexto ecológico específico que vincula sua aprendizagem como ser social ao conhecimento dos processos biológicos em que se insere a produção de seu conhecimento (SEVILLA-GUZMÁN, 2006a, p. 230, 231, tradução nossa).

A incorporação dos saberes apoiados nas culturas e identidades locais, seja no âmbito das subjetividades, seja pela relação mística e espiritual que se estabelece com o entorno natural, seja pela racionalidade econômica e produtiva, que, articuladas, orientam-se na perspectiva da construção de uma relação com o ambiente e a sociedade centrada na busca da reprodução social e ambiental do grupo e não na lucratividade e na expansão econômica focada no crescimento. Ao apoiar-se nessa condição, a agroecologia absorve uma série de princípios e dinâmicas que condizem e se aproximam de forma mais eficiente e coerente com uma perspectiva de sustentabilidade social, econômica e ambiental que alcança dimensões e escala mais amplas que da atividade agrícola produtiva em si, para plasmar-se como lógica em torno de todas as atividades no âmbito dos sistemas agroalimentares. Conforme destaca Schmitt em diálogo com a proposta de Ploeg:

Em oposição a uma agricultura globalizada, sob o controle das grandes corporações transnacionais, reforça-se o fortalecimento de uma agricultura de base familiar, alicerçada no uso múltiplo dos recursos naturais e no potencial endógeno das comunidades rurais. [...]

Para van der Ploeg, um dos elementos que caracteriza a agricultura camponesa é seu permanente esforço por produzir e reproduzir uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada, através de um intercâmbio constante entre os seres humanos e a natureza viva. O trabalho do camponês e de sua família não está orientado apenas para a produção de bens e serviços oriundos da atividade agrícola, mas também para a reprodução dos próprios recursos produtivos como a fertilidade do solo, as sementes, os animais e os processos naturais que garantem o abastecimento das fontes de água (van der Ploeg, 2008, p. 42). O controle e fortalecimento dessa base de recursos configuram-se, para os camponeses e agricultores familiares, como um processo de

luta por autonomia, que não se restringe ao espaço da unidade produtiva, envolvendo relações que se estendem, inclusive, para além dos limites da comunidade (SCHMITT, 2009, p. 195/196).

A heterogeneidade de saberes e de práticas construída, por meio da história, pelas comunidades camponesas transforma-se no fértil substrato que possibilita a germinação de sistemas de manejo, processos de organização social, alternativas de gestão, práticas alimentares, novas relações de mercado, processos de certificação diferenciados que conferem dimensão concreta à construção teórica da agroecologia. Assim,

a ciência agroecológica resgata, sob novas bases tecnológicas e econômicas, a lógica da complexificação das sociedades camponesas tradicionais e seus conhecimentos desprezados pela agricultura moderna como forma de vencer o desafio de uma agricultura sustentável (ASSIS; ROMEIRO, 2002, p. 77).

O campesinato configura-se como modelo transformador e transformado pela ciência e pelas práticas agroecológicas, sendo que a *práxis* agroecológica pressupõe um processo de fortalecimento e/ou reconstrução das estruturas camponesas, utilizando-se, para isso, do próprio potencial endógeno da realidade em que se atua. Tal perspectiva aponta para a compreensão da agroecologia como um conjunto de princípios que compõe um novo paradigma para agricultura (LEFF, 2002), mais do que um conjunto de técnicas ou tecnologias que possa ser aplicados a diferentes contextos.

Nesse aspecto reside a potencialidade da proposta, pela sua flexibilidade e adaptabilidade às realidades locais (pois sua *práxis* parte do conhecimento ali acumulado). Porém alguns aspectos podem limitar o avanço de tal perspectiva. Um primeiro está relacionado ao despreparo dos profissionais e das instituições para a efetivação concreta dessa proposta, uma vez que a formação profissional e a institucionalidade das organizações (principalmente as do Estado) encontra-se centrada numa perspectiva vertical e, de certa forma, autoritária de produção e ‘repassé’ do conhecimento, em que o saber situa-se numa ponta (profissional/instituição) e é transmitido para a outra (agricultor/comunidade). Essa perspectiva já vem sendo problematizada nos mais diversos âmbitos, nos quais o debate da educação popular cumpre importante papel, mas ainda enfrenta resistências de cunho ideológico e limites metodológicos que dificultam os processos de assistência técnica e extensão rural.

Um segundo aspecto considera-se de particular importância, no sentido de desenvolver esforços para levar a cabo a construção da proposta agroecológica centrada no conhecimento camponês. Tal perspectiva se refere aos espaços onde o avanço da agricultura industrial incorporou – em maior ou menor grau de intensidade – as dinâmicas familiares de produção.

De fato, particularmente no sul do Brasil, a expansão da chamada ‘revolução verde’, no âmbito da agricultura familiar, é uma realidade. Pode-se questionar a eficiência e os efeitos negativos do desenvolvimento de tal proposta ao campesinato, porém, o fato é que suas tecnologias e – mais do que isso – sua perspectiva ideológica se encontram enraizadas – em diferentes níveis é certo – no imaginário e nas práticas agrícolas dos agricultores familiares e camponeses. Em algumas situações, inclusive, permitindo

uma maior capitalização de agricultores que assumem um perfil moderno empresarial. Porém, na ampla maioria dos casos, supondo uma racionalidade e uma forma de ver a agricultura que perpassa o cotidiano das famílias – mesmo que essa não seja a forma mais viável de garantir seu sustento e, mais ainda, sua reprodução social –, o fato é que o entorno institucional, mediático e a construção de um ideário na sociedade implicam em que as próprias comunidades camponesas assumam este como sendo o modelo para sua viabilização.

Tal perspectiva pressupõe a desvalorização de seus próprios métodos e práticas, bem como a desconstrução de sua identidade enquanto forma social, econômica e ambiental de fazer agricultura. Nesse sentido, o caminho ideologicamente construído e tecnologicamente proposto por intermédio do pacote da ‘revolução verde’ passa a ser assimilado (não sem contradições, relutâncias e questionamentos) como o percurso ‘natural’ de evolução da agricultura. Em diálogo com grupos de agricultores ecologistas, é senso comum o relato das críticas de outras famílias da comunidade quando esses iniciaram seu processo de transição para a agroecologia. Todas essas críticas ocorrem sempre na perspectiva de que produzir ‘sem adubos e venenos’ não irá ‘trazer resultados’ (produção) e que as famílias ‘vão morrer de fome’ (redução da produtividade e rendimentos), dando um claro sinal da construção ideológica em torno dos resultados e dos avanços da agricultura dita moderna. Conforme afirma Michelato (2007), em estudo sobre o processo de assessoria na formação de uma associação de agricultores ecologistas no Paraná:

Faz-se necessário destacar que o resgate e a valorização dessa identidade cultural entre os agricultores desta associação, num primeiro momento, significaram um movimento de cisão com o processo de racionalização que se instituiu entre os agricultores, ou seja, de individualização e de grande dependência tecnológica e econômica (MICHELATO, 2007, p. 78/79).

Ressalta-se, nesse sentido, que grande parte da construção teórica acerca da ciência agroecológica se baseia no trabalho e na leitura junto a comunidades indígenas camponesas da América Latina, realidade bastante frequente no México e nos Andes, a partir das quais alguns dos principais autores do campo agroecológico (Altieri, Gliessman, Toledo) desenvolvem suas práticas e teorias. Tal perspectiva possui importante relevância na construção dos princípios e do marco teórico das práticas e da ciência agroecológica. No entanto, o desenvolvimento da agroecologia em outras realidades demanda uma leitura mais apurada dessa construção.

Dessa forma, considera-se que a estratégia agroecológica, muitas vezes, se fundamenta numa certa imagem específica do contexto e da realidade do campesinato, a partir da qual a descrição e o resgate de técnicas e conhecimentos tradicionais parecem ser suficientes para a construção de uma estratégia agroecológica.

No entanto, muitos dos processos de transição para agroecologia representam, mais do que um resgate das técnicas e das formas de organização social existente, a construção dialógica de novas formas e tecnologias, nas quais a presença de agentes externos joga um papel central. O que, por um lado, não deixa de reforçar, nos termos de Mendras (1976 apud WANDERLEY, 2009), “uma das características das sociedades camponesas” que não deixa de ter relevância na contemporaneidade: trata-se do papel decisivo dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.

Essa construção dialógica pressupõe uma interação entre a valorização das formas camponesas e a proposição de novas formas de produção, organização e articulação política. A construção de uma contrarracionalidade aos moldes da ‘revolução verde’, em boa parte ideologicamente incorporada em diferentes graus em muitas comunidades camponesas, demanda um rompimento com aquilo que, por vezes, as próprias comunidades consideram como o único caminho a ser percorrido no seu fazer na agricultura. Nesse contexto, as práticas agroecológicas demandam uma verdadeira fusão de saberes extraídos do potencial endógeno das comunidades e as novas formas de organização coletiva, na grande maioria dos casos dada pela ação de agentes externos que se constituem como mediadores. Assim,

o desenvolvimento e a implementação da agroecologia implicam uma construção metodológica que exige a interação das formas tradicionais e das novas formas organizativas. Isto porque o retomar ou, simplesmente resgatar as formas tradicionais de organização dos “antigos”, é contrapor-se à construção do sujeito, pois fundar uma proposta organizativa unicamente na tradição, nos costumes, no comunitarismo é o mesmo que reproduzir a lógica da “racionalidade” capitalista no seu sentido contraditório (MICHELATO, 2007, p. 73).

Dessa forma, na maioria das realidades observadas e vivenciadas, a transição para a agroecologia pressupõe uma transformação nas tecnologias e nas lógicas de organização da produção, tal qual boa parte do campesinato e da agricultura familiar desenvolve hoje. Representa uma *‘mudança na busca de algo que já se vivenciou’*, ou seja, gerar processos de transformação técnica, social e organizativa, de forma a abrir espaços para reincorporação de uma racionalidade camponesa, que não se considera perdida, pois subsiste em muitas de suas estratégias de reprodução social, porém, em muitos aspectos, subjugada e adormecida pelo avanço ideológico da ‘modernização da agricultura’.

Tal dinâmica demanda princípios e práticas metodológicas diferenciadas, as quais possibilitem as condições para tornar concreta a perspectiva de um diálogo de saberes real e horizontal, no qual o saber camponês se enfrenta e complementa com um conhecimento externamente a ele produzido e que, em situações de paridade e reconhecimento mútuo, possibilitam o surgimento do novo.

3 O DIÁLOGO DE SABERES E A MULTIDIMENSIONALIDADE NOS PROCESSOS AGROECOLÓGICOS

A constituição da agroecologia enquanto ciência e prática parte, então, da premissa básica de incorporar os saberes e a racionalidade camponesa à compreensão e ao redesenho dos agroecossistemas, objetivando propor formas alternativas à agricultura dita ‘moderna’, apoiada no conhecimento científico instrumental, que aponta para o conhecimento parcial da realidade, negando outras racionalidades e formas de construir os saberes. Ao apoiar-se nessa perspectiva, a agroecologia pressupõe um giro significativo nos princípios de organização da produção que, “na reapropriação de saberes tradicionais e sua hibridação com conhecimentos científicos modernos, o elemento aglutinante não é o desejo de lucro, senão a reprodução ecológico-cultural do agroecossistema e do território” (LEFF, 2002, p. 42-43).

Compreender essa nova perspectiva significa, em um primeiro momento, superar a abordagem restritiva da realidade desenvolvida pelo método científico, em que as demais formas de construção do saber se submetem ou desaparecem ante uma abordagem hegemônica e posta como única na explicação dos fenômenos naturais e sociais (LEFF, 2006; SANTOS, 2007). Conforme destacam Floriani e Floriani (2010, p. 5):

A construção social do saber apoia-se, portanto, sobre a construção discursiva dos objetos de conhecimento segundo interesses sociais que necessitam tornar hegemônica sua visão de mundo, estabelecendo critérios e legitimando suas práticas materiais de produção, e suas representações da natureza.

Não obstante, as rupturas ocorridas no interior das metodologias e, conseqüentemente, nas teorias do conhecimento científico resultam de solavancos, estranhamentos e incapacidades das antigas narrativas para explicar a emergência de novidades.

Portanto, compreender essas limitações significa empreender novos esforços cognitivos para decifrar as realidades em questão. A ciência agroecológica se constitui a partir de diferentes formas e pontos de vista de construção do saber, não sendo possível fazer uma leitura dela somente em relação ao paradigma científico dominante. Nesse sentido, os parâmetros para avaliação e validação das práticas agroecológicas não podem ser submetidos tão somente aos ditames da ‘ciência convencional’. Portanto,

a Agroecologia e a agronomia capitalista não se enfrentam por seus “paradigmas de conhecimento” simplesmente contrastando a efetividade de seus modelos produtivos, tomando a natureza como objeto. Em ambos os casos, a produção está vinculada a cosmovisões de mundo: assim, enquanto a Agroecologia se nutre dos saberes culturais dos povos, de valores tradicionais que vinculam o momento da produção com as funções simbólicas e o sentido cultural do metabolismo social com a natureza, a agricultura capitalista se funda na crença no mercado e na valorização da especialização tecnológica do processo e do crescimento sem limites, que vai desnaturalizando a natureza e a relação do homem com a terra (LEFF, 2002, p. 43).

Nesse sentido, a construção da proposta agroecológica deve estar mediada por processos metodológicos inovadores e fundamentalmente baseados na horizontalidade e na participação ativa e equânime de todos os envolvidos, notadamente dos agricultores, agentes da implementação concreta da agroecologia a campo (ALTIERI, 1999; CAPORAL; COSTABEBER, 2002; GUZMÁN; GONZALEZ; SEVILLA-GUZMÁN, 2000). O desenvolvimento e a aplicação de metodologias participativas tornam-se pressupostos da prática agroecológica e objeto de estudo de sua ciência, por ser o meio por meio do qual o resgate de saberes, bem como as formas de diálogo desses saberes com o conhecimento científico se concretizam.

A articulação entre agroecologia e educação popular toma particular relevância, uma vez que a construção metodológica aqui proposta pretende ir além da criação de ‘ferramentas participativas’ que visam propiciar a abertura do diálogo. O que está em questão é a reconfiguração de relações de poder

entre os saberes construídos empiricamente e aqueles cientificamente produzidos, que se traduzem, evidentemente, nas relações de poder entre os agentes oriundos de uma e outra perspectiva, notadamente agricultores e técnicos, mas que podem ser extrapolados para o âmbito da relação com o público urbano (consumidores), gestores públicos e outros.

É nessa perspectiva que se pode falar de uma construção da agroecologia como ‘paradigma’, uma vez que sua proposta teórica, prática e metodológica pressupõe uma rearticulação e agregação de elementos tratados de forma isolada dentro dos parâmetros da ciência hegemônica (por exemplo, na tríade linear ensino-pesquisa-extensão). Da mesma forma, se constitui como paradigma por atuar em níveis mais amplos da construção do conhecimento e das estruturas de poder que o configuram (LEFF, 2002).

Como ciência e prática baseada no diálogo de saberes, os métodos que mediam a sua implementação devem ter essa perspectiva como centro: o privilégio à troca de experiências, ao processo de experimentação participativa, enfim, absorver pressupostos da *práxis* da educação popular, centrada na ação reflexiva em que o processo de intervenção e inovação está sempre acompanhado de uma dinâmica coletiva e participativa de análise e reflexão sobre a prática, de forma a orientar as novas intervenções (FREIRE, 1977).

Importante destacar, nessa perspectiva, a faculdade da interação entre os atores envolvidos, de forma mais direta, técnicos e agricultores. Interação que pressupõe a construção coletiva e a intervenção de ambos os atores (no sentido coletivo) no processo. A clareza desse aspecto torna-se fundamental na promoção da agroecologia, uma vez que as metodologias participativas, bem como a ação dos técnicos a campo, muitas vezes são utilizadas como forma de ‘ouvir’ os agricultores, na perspectiva de realizar aquilo que por eles é demandado, orientando a ação prática por uma suposta demanda de sentido único dos ‘consultados’, no caso, os agricultores.

Duas críticas são levantadas a essa perspectiva. A primeira diz respeito às questões já apontadas ao final da seção anterior, em que o resgate de saberes e proposição de alternativas seguramente se encontra permeado pela incorporação da ideologia dominante no âmbito da agricultura (a da agricultura moderna, da ‘revolução verde’). Assim, o caráter participativo de uma só via, em um único sentido, não necessariamente pode levar à (re)construção de estratégias que recomponham a dinâmica do campesinato, no sentido de garantir suas condições de reprodução social e ambiental.

A segunda crítica a ser elaborada se refere à postura ética dos agentes externos. Em ações de desenvolvimento rural, a perspectiva propositiva (imagem do futuro), os conflitos de interesses e as contradições permeiam constantemente o processo, o que necessariamente demanda uma postura técnica, política e proativa desses agentes externos. Explicitar tal perspectiva é elemento fundamental na construção do diálogo: trata-se de expor claramente quais são os objetivos, as intenções e as opiniões sobre os processos em andamento, de forma horizontal e, obviamente, aberta ao diálogo, à crítica e à escuta e, mais ainda, tendo claras as diferenças de domínio de informações e discursos entre os atores. Portanto, considera-se que o diálogo pressupõe uma ação ativa de todos os atores envolvidos, explicitando suas intenções e finalidades e tendo como condição essencial ao referente diálogo a horizontalidade entre esses atores. Essa perspectiva é reforçada por Schmitt (2009) ao apontar para três importantes aspectos a serem considerados em processos de transição agroecológica, conforme se destaca a seguir:

- (a) o resgate dos atores e suas distintas visões de mundo como um elemento essencial na análise dos processos de mudança socioambiental na agricultura, evitando-se

uma visão tecnicista da *transição agroecológica* como um processo de conversão de sistemas convencionais de produção (pouco diversificados e dependentes de insumos externos) para sistemas diversificados e autorregulados; (b) a visão de que a construção do conhecimento agroecológico, a partir de um diálogo entre conhecimento científico e o chamado *saber popular* ou *conhecimento prático*, envolve dinâmicas de conflito e negociação entre diferentes mundos, nos quais se expressam complementariedades mas também descontinuidades entre diferentes sistemas ou formas de conhecimento; (c) a necessária articulação entre as dimensões locais (os atores locais, suas estratégias, seus modos de vida, sua base natural de recursos) e as dimensões globais envolvidas na transição agroecológica, considerando-se as inúmeras mediações existentes entre esses diferentes níveis de interpretação (SCHMITT, 2009, p. 199).

À vista disso, o diálogo de saberes torna-se premissa para a construção da ciência e da prática agroecológica. Uma boa síntese dessa abordagem pode ser observada na definição de agroecologia proposta por Leff (2002, p. 42):

A Agroecologia surge como um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura. A Agroecologia convoca a um diálogo de saberes e intercâmbio de experiências; a uma hibridação de ciências e técnicas, para potencializar as capacidades dos agricultores; a uma interdisciplinaridade, para articular os conhecimentos ecológicos e antropológicos, econômicos e tecnológicos, que confluem na dinâmica dos agroecossistemas.

Conforme indica o autor, a construção da ciência e das práticas agroecológicas não se delimita somente a uma intervenção de cunho técnico-produtivo, mesmo que mediada por processos metodológicos participativos, uma vez que a leitura aqui proposta demanda uma abordagem crítica da realidade na qual a família, o grupo ou a comunidade se encontra inserida; fruto de uma compreensão de que as dimensões técnico-agronômicas encontram-se integradas às de cunho social, cultural, econômico e ambiental, conforme já descrito.

Essa leitura da agroecologia na perspectiva da complexidade e do diálogo de saberes demanda, então, uma abordagem multidimensional da realidade, em que as diferentes dimensões (social, econômica, cultural, técnica, ambiental, ética) não somente encontram-se integradas e articuladas, mas também cobram a mesma relevância nas estratégias de ação, ou seja, delimitando diferentes campos de ação ou “lentes” para a leitura e intervenção das realidades acompanhadas (ALTIERI, 2009; CAPORAL; COSTABEBER; FLORIANI; FLORIANI, 2010; LEFF, 2002; SEVILLA-GUZMÁN, 2006a, 2006b, 2006c; SEVILLA-GUZMÁN; SOLER, 2010; 2002).

Conforme já foi abordado, a agroecologia parte da premissa do resgate da racionalidade camponesa, dentro de uma perspectiva de “coevolução” entre os sistemas sociais e biológicos que, por

desenvolverem-se mutuamente, possuem potencial agrícola que pode ser mais bem compreendido estudando-se como as culturas tradicionais captaram esse potencial sinérgico” (FLORIANI; FLORIANI, 2010, p. 13), que, em diálogo com o conhecimento científico, constituem a base para a construção de novas práticas agroalimentares. Assim, tecnologias e práticas de manejo resultam de um processo socialmente construído, a partir de uma racionalidade na qual “o conhecimento do agricultor sobre os [agro]ecossistemas geralmente resulta de estratégias produtivas multidimensionais de uso da terra desenvolvidos em função de aspectos peculiares a essas comunidades rurais tradicionais” (ibid, p. 14). Conforme destaca Altieri (2009, p. 27):

a produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente. A agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprios desenvolvimento.

A perspectiva da ‘coevolução’ dialoga diretamente com uma abordagem multidimensional e uma compreensão de que as mudanças tecnológicas – um dos centros da ação agroecológica – possuem um limite de transformação da realidade, dado pelas condições sociais e econômicas nas quais as comunidades se encontram inseridas. Da mesma forma, as possibilidades de gerar essa transformação estão intensamente relacionadas com a história e a cultura das comunidades em que se atua, delimitando as possibilidades e a velocidade das mudanças que se propõe promover, de forma coletiva.

Seguindo esse raciocínio, Caporal e Costabeber propõem uma ‘análise multidimensional da sustentabilidade’, nesse caso, na produção agrícola, considerando que “não podemos, simplesmente, entender a agricultura ecológica [agroecologia] como aquela agricultura que não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos de síntese em seu processo produtivo. No limite, uma agricultura com essa característica pode corresponder a uma agricultura pobre” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 74). Os autores propõem, então, uma abordagem multidimensional organizada em três níveis, compostos por diferentes dimensões: em um primeiro nível se encontrariam as dimensões ecológica, econômica e social; no segundo, as dimensões cultural e política; e, no terceiro, a dimensão ética. Nessa perspectiva,

mais do que uma disciplina específica, a Agroecologia constitui um enfoque científico que reúne vários campos do conhecimento [...] justamente por possuir uma base epistemológica que reconhece a existência de uma relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico (ibid, p. 72 e 80).

Essa abordagem ganha corpo nas próprias definições das organizações vinculadas à construção concreta da agroecologia, como é o caso da Rede Ecovida, no Sul do Brasil: para essa, a agroecologia “é a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo

as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos e metodologicamente adequados” (REDE ECOVIDA, 2007, p. 29).

Como síntese desse esforço cognitivo, a leitura proposta por Sevilla-Guzmán constitui uma interessante ferramenta teórica e pedagógica para analisar os processos agroecológicos. A proposta parte de uma abordagem da agroecologia tomada como enfoque teórico e metodológico para análise dos agroecossistemas, os sistemas agroalimentares e o desenvolvimento rural. Nessa perspectiva, segundo o autor, a agroecologia pode ser compreendida como:

o **manejo ecológico dos recursos naturais** através de formas de ação social coletiva para o estabelecimento de **sistemas de controle participativo e democrático**, nos âmbitos da produção e circulação. A estratégia teórica e metodológica assim elaborada terá, além disto; por um lado, uma **natureza sistêmica e um enfoque holístico**, já que tais formas de manejo não de frear seletivamente o desenvolvimento atual das forças produtivas para conter as formas degradantes de produção e consumo que tem gerado a crise ecológica. E, por outro lado, tal necessário manejo ecológico dos recursos naturais, terá igualmente, uma **forte dimensão local** como portadora de um **potencial endógeno**, que, através do conhecimento camponês (local ou indígena, ali onde possa ainda existir), permita a potencialização da biodiversidade ecológica e sociocultural e o desenho de sistemas de agricultura sustentável (SEVILLA-GUZMÁN, 2006a, p. 223, tradução nossa, grifos do autor).

Assim, o autor propõe três dimensões que facilitam o estudo e a práxis agroecológica, oriundas de diferentes bases epistemológicas, como as ciências da ecologia, da agronomia, dos estudos camponeses, da economia ecológica, da história e da ecologia política, assim como o saber e a *práxis* produtiva dos camponeses, a formação dos movimentos sociais do campo e as estratégias de reprodução social do campesinato. As três dimensões consideradas são: (i) dimensão ecológica e técnico-produtiva; (ii) dimensão sociocultural e econômica e (iii) dimensão política (SEVILLA-GUZMÁN, 2006b; SEVILLA-GUZMÁN; SOLER, 2010), conforme pode-se observar na Figura 1.

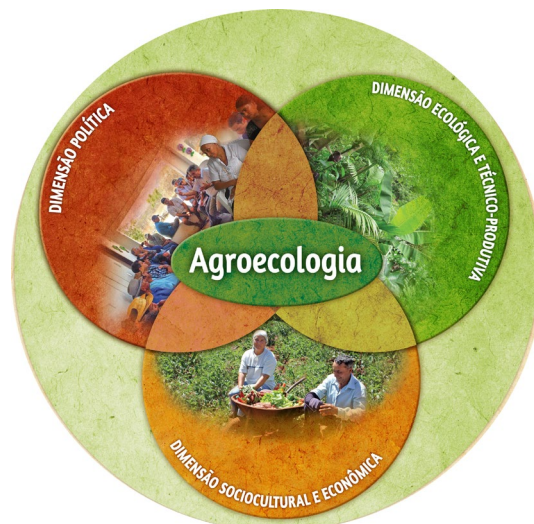


Figura 1 – A Agroecologia como resultado da articulação entre as dimensões técnico-produtiva, sociocultural, econômica e política.

Fonte: Adaptado de Perez-Cassarino (2005). Desenho Gráfico: Claudio Leme

A dimensão ecológica e técnico-produtiva tem na ecologia, em diálogo com o saber tradicional camponês, a base para a redefinição dos fundamentos técnicos das ciências agrárias (agronomia, veterinária e florestal) e está centrada no redesenho dos agroecossistemas, a fim de propiciar formas de manejo ambientalmente sustentáveis dos recursos naturais. A dimensão sociocultural e econômica encontra forte enraizamento na análise sociológica e antropológica do potencial endógeno das comunidades camponesas, articulando a produção ecológica com estratégias de desenvolvimento rural, em que as metodologias participativas cumprem um papel central. A dimensão política da agroecologia “se traduz na implicação prática na construção de alternativas à globalização agroalimentar, mediante o apoio e acompanhamento de ações coletivas, tanto produtivas, de comercialização como de luta política” (SEVILLA-GUZMÁN; SOLER, 2010, p. 196, tradução nossa).

A leitura multidimensional proposta por Sevilla-Guzmán compreende-se como uma ferramenta metodológica que contempla os diferentes olhares necessários para se desenvolver uma prática agroecológica e, conseqüentemente, o estudo dessas realidades. Mais do que substituir ou superar conceitos teoricamente já construídos, como o de desenvolvimento rural (em suas diferentes acepções: local, territorial, comunitário, sustentável etc.) ou do próprio conceito de sustentabilidade, o que se propõe é a utilização dos marcos conceituais da agroecologia como uma ‘lente’, a partir da qual se faz a leitura das dinâmicas no meio rural e suas articulações com o espaço urbano.

De fato, ao observar os discursos e as práticas dos principais agentes sociais promotores da agroecologia no Brasil (movimentos sociais e ONG), esses aspectos (técnico-produtivo, sociocultural, econômico e político) encontram-se entrelaçados. Como referência, pode-se tomar uma das leituras dos movimentos sociais do campo sobre o papel da agroecologia, como a divulgada em materiais do Movimento de Mulheres Camponesas, um dos primeiros em tomar a agroecologia como bandeira de luta, entendendo-a “como uma ferramenta de resistência dos camponeses e camponesas na proposição de outro projeto de agricultura” (MMC-Brasil, s/d).

A delimitação desses três campos de abordagem da proposta agroecológica, mais do que encerrar sua compreensão, abre perspectivas para realizar uma leitura adequada de cada realidade na qual se pretende intervir. Soluções tecnológicas com resultados comprovados em muitas comunidades resultam não proceder ou avançar em outras, mesmo em condições ambientais semelhantes, devido à conjuntura política, a relações econômicas e sociais historicamente construídas naquele território.

4 OS DIFERENTES ELEMENTOS MOTIVADORES DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA OU 'AS PORTAS DE ENTRADA' DA AGROECOLOGIA: UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM

A adoção de uma abordagem multidimensional da agroecologia abre um leque amplo de possibilidades de atuação e leitura das realidades. Isso significa que a promoção da agroecologia não é tarefa única e exclusiva dos profissionais de ciências agrárias, apesar de sua presença ser determinante. Da mesma forma pode-se falar em relação aos elementos motivadores para a transição agroecológica por parte dos agricultores. Ou seja, a motivação não passa, necessariamente, pelas vantagens técnicas, produtivas ou mesmo econômicas da agroecologia, mas pode estar vinculada a fatores de outras ordens, como os de ordem política, espiritual, cultural, social, entre outros.

Pode-se falar, então, em abrir diferentes 'portas de entrada' nas comunidades rurais, no momento de promover a *práxis* agroecológica. Se em uma grande maioria dos casos – notadamente nos primórdios da construção da agroecologia no Brasil – a 'porta de entrada' se deu pela experimentação e pelo desenvolvimento de tecnologias alternativas, que viabilizassem sistemas de produção sustentáveis às famílias agricultoras, muitas são as outras possibilidades de entrada das comunidades no sentido de promover uma estratégia agroecológica, conforme destacam Medeiros e Marques (2011, p. 20):

O início da prática de uma agricultura de base ecológica requer, em algum momento, uma motivação particular. O interesse em promover uma transição pode ser originado de diversas formas, desde a simples constatação de que um vizinho está desempenhando essa atividade e obtendo êxito, até o resgate de ideais transmitidos por ancestrais. Porém, a existência de uma motivação particular ou até mesmo de uma tomada de consciência de um interesse comum entre vários indivíduos não é suficiente para o desenvolvimento de uma ação coletiva. Muitas vezes, esta tem de ser incentivada ou acompanhada por algum estímulo externo, cuja eficácia é maior quanto mais se valer dos canais das relações sociais preexistentes: parentesco, compadrio ou redes de diálogo.

Atualmente, com ênfase no sul do Brasil, as oportunidades econômicas cobram importante papel na 'motivação' das famílias para a transição agroecológica. Porém, as 'portas de entrada' para a agroecologia não se encontram restritas a esse caráter econômico ou técnico-produtivo. Estratégias de agregação de valor, como as agroindústrias, motivações de cunho ético e espiritual, bem como os processos de organização comunitária e mobilização política também se constituem como ferramentas de impulso à transição para a agroecologia. Nesse sentido, considera-se que não há, necessariamente, uma motivação central ou principal para se iniciar um processo de transição para a agroecologia, mas

que são várias as possibilidades (portas de entrada) para se iniciar a transição, dentro das diferentes dimensões propostas por Sevilla-Guzmán (2006b).

Essa compreensão é fundamental para se pensar os processos de extensão e assistência técnica, bem como as políticas públicas e estratégias de desenvolvimento em cada região. A Figura 2 busca descrever como, dentro de cada dimensão, podem surgir diferentes motivações ou portas de entrada por parte dos agricultores para iniciar a transição agroecológica. No exemplo seguinte, apresentam-se como referência três possíveis motivações, uma em cada dimensão proposta.

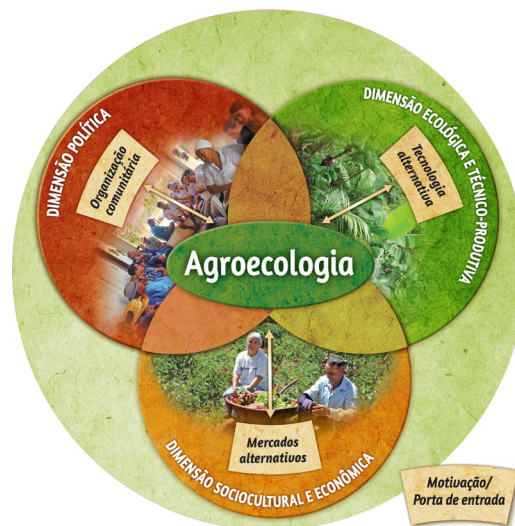


Figura 2 – Exemplos de possíveis motivações ou portas de entrada para a transição agroecológica, dentro de cada dimensão proposta por Sevilla-Guzmán (2006b).

Fonte: Adaptado de Perez-Cassarino (2005). Desenho Gráfico: Claudio Leme,

Como já descrito, a busca por formas inovadoras de comercialização e mais adequadas à realidade da agricultura familiar e camponesa, bem como o próprio retorno econômico que elas possibilitam, configura-se, atualmente, como uma das motivações para a transição agroecológica. Por outro lado, sabe-se que o trabalho com agroecologia pressupõe a ação coletiva, sendo que na grande maioria das iniciativas os processos de organização social se fazem presentes (formação de grupos informais, associações e cooperativas, redes, coletivos regionais, sindicatos, frentes, campanhas etc.). Pode, em grande medida, ser esse processo de mobilização social e organização comunitária o elemento para que uma determinada família agricultora se motive a iniciar um processo agroecológico.

Por fim, há, evidentemente, aspectos técnico-produtivos que são determinantes na transição agroecológica. Como já observado, foi por meio da criação e da experimentação de tecnologias alternativas de produção que muitas organizações iniciaram seu trabalho com agroecologia, sendo esta uma das possíveis portas de entrada para a transição agroecológica para muitas famílias agricultoras.

Desse modo, considera-se relevante destacar alguns aspectos. Em primeiro lugar, para cada dimensão aqui proposta há uma diversidade de propósitos e situações que podem vir a motivar uma família a assumir a agroecologia enquanto projeto de vida, muitas dessas, evidentemente, permeando

mais de uma das dimensões apresentadas. Na Figura 3, apresenta-se um conjunto de motivações/portas de entrada que busca retratar essa realidade, tendo, no entanto, um caráter demonstrativo e didático, sem pretender esgotar todas as possibilidades de motivações existentes.

Em um segundo momento, é importante destacar que as diferentes ‘motivações/portas de entrada’ estão relacionadas e articuladas, e que, portanto, a *práxis* agroecológica deve estabelecer esse diálogo de forma progressiva e contínua, gerando o que denominamos de ‘círculo de promoção da agroecologia’ (PEREZ-CASSARINO, 2005). Ou seja, mesmo tendo iniciado o processo de transição a partir de uma ou outra motivação, a construção da agroecologia passa pela articulação entre os diferentes aspectos levantados na Figura 3.

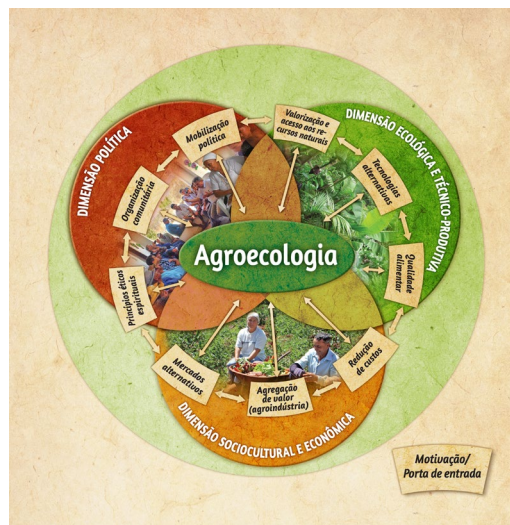


Figura 3 – As diferentes motivações ou ‘portas de entrada’ para a *práxis* agroecológica e a articulação entre essas a partir das dimensões de Sevilla-Guzmán.

Fonte: Adaptado de Perez-Cassarino (2005). Desenho Gráfico: Claudio Leme

O fato de iniciar um processo de transição a partir da experimentação de tecnologias alternativas ou do resgate de sementes crioulas, por exemplo, não significa que essa ação encerre uma abordagem agroecológica, pelo contrário, a *práxis* agroecológica pressupõe que articulado a esta inovação tecnológica esteja a construção de mercados alternativos, os processos de organização e a mobilização social, o desenvolvimento de agroindústrias familiares, a reconstrução de valores éticos em relação à natureza e aos demais seres humanos, enfim, uma série de aspectos que complementam e fortalecem a construção de uma estratégia agroecológica.

Por fim, a perspectiva multidimensional, além de possibilitar o marco teórico para análise dessas realidades, instiga a uma abordagem holística dos processos, em que a agroecologia passa a ser o elemento articulador das diferentes motivações e dimensões, conforme se busca demonstrar na Figura 3. O contexto socioeconômico, ambiental e político local determina as possibilidades de entrada ou motivação das famílias e das comunidades em um processo de transição agroecológica, ou seja, que se torne mais adequado àquela realidade. No entanto, as possibilidades abertas por uma (ou mais)

‘portas de entrada’ só determinam um processo de cunho agroecológico quando se perfila no sentido de contemplar as demais motivações. A agroecologia torna-se, assim, um mote agregador das diversas dimensões em estudo e processo de transformação pela ciência e *práxis* agroecológica.

Dentro dessa concepção, incorpora-se com particular relevância o estudo e a ação no âmbito da crítica ao sistema agroalimentar global e a proposição de sistemas agroalimentares locais/alternativos, ampliando o foco da abordagem agroecológica do âmbito da produção primária para os espaços de processamento e comercialização dos alimentos. Conforme destacam Sevilla-Guzmán e Soler (2010, p. 205, tradução nossa):

[...] tanto a *práxis* como o objeto de estudo da Agroecologia tem se ampliado nos últimos anos para o sistema agroalimentar em seu conjunto, cobrando cada vez maior importância a análise das relações intersetoriais e especialmente a articulação entre a produção e o consumo através de redes sociais [...] e canais curtos de comercialização em mercados locais [...]. A estabilidade das formas de produção e vida camponesas e rurais dependem de uma inserção estável em um sistema agroalimentar onde o equilíbrio de poder não subordine a produção agropecuária aos setores industriais e de distribuição comercial, em contraposição com o modo dominante na globalização.

A amplitude de leitura e ação da agroecologia se traduz na complexificação de conceitos e na profusão de estratégias de ação, que sejam capazes de articular as diferentes dimensões da realidade do campesinato, bem como possibilitem a constituição de alternativas concretas e sustentáveis de viabilização e melhoria de qualidade de vida das famílias e, conseqüentemente, contribuindo para a melhoria da sociedade e do planeta como um todo.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio procurou fazer uma revisão teórica do debate em torno da agroecologia, resgatando ao final uma proposta de abordagem metodológica para a construção de uma estratégia agroecológica, com foco no redesenho dos sistemas agroalimentares como um todo. No entanto, cabe ressaltar que, para além dos conceitos teóricos apresentados, a análise aqui realizada também se fundamenta na vivência histórica dos autores nesse campo⁴, resgatando elementos concretos de mais de 20 anos de ação prática de promoção da agroecologia junto a comunidades de agricultores familiares, assentados de reforma agrária e comunidades tradicionais no Estado do Paraná.

Nesse contexto, a proposta de construção de uma estratégia agroecológica aqui apresentada sustenta-se em três grandes pressupostos: i) agroecologia e agricultura familiar e camponesa são conceitos que caminham juntos, em uma perspectiva de retroalimentação, na qual a agroecologia tem como base

⁴Julian Perez-Cassarino e Paulo Henrique Mayer atuaram durante mais de 15 anos em ONG do campo agroecológico no Estado do Paraná (Assesoar, IAF, IEEP, AOPA e outras), integraram a coordenação da Rede Ecovida de Agroecologia e, atualmente, desenvolvem projetos de pesquisa e extensão nesse campo na região centro do Estado. Angela D. D. Ferreira atua há mais de 30 anos em atividades de pesquisa e extensão pela UFPR junto a comunidades de agricultores familiares e assentados de reforma agrária no Estado, colaborando com vários movimentos sociais do campo agroecológico.

de sustentação o conhecimento socialmente construído pelo campesinato e este toma a agroecologia como estratégia para resgatar e fortalecer sua racionalidade e seu modo de fazer agricultura; ii) uma perspectiva transformadora da agroecologia fundamenta-se na leitura crítica do atual sistema agroalimentar, tendo como o centro de sua ação o redesenho dos sistemas agroalimentares no âmbito local e regional; e iii) para efetivar essa estratégia é preciso fazer uma leitura da realidade e uma proposta de intervenção que possua caráter multidimensional, considere e articule os diferentes elementos que agem e interagem nas unidades familiares de produção e vida, suas comunidades e na sociedade como um todo, construindo formas produtivas, sociais, econômicas e ambientais, alternativas que naveguem desde a produção até o consumo de alimentos.

Por fim, a abordagem proposta neste artigo considera que são muitas as possibilidades de motivação de uma família agricultora para iniciar a transição para a agroecologia, ou seja, são muitas as 'portas de entrada' para a agroecologia. Cabe aos agentes externos ou internos (assistência técnica, lideranças, agentes comunitários, assessores etc.) ajustarem sua abordagem à realidade e ao momento vivido pelas comunidades, de forma a encontrar as motivações que melhor se adaptem à realidade em questão. A entrada, no entanto, por uma ou outra 'porta', pressupõe que as demais dimensões e os elementos motivadores que as integram sejam objeto de ação futura, dentro de uma perspectiva que visa à integração e à articulação dos mais diferentes campos de atuação de uma estratégia agroecológica.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/Fase, 1989.
- _____. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Montevideo: Nordan Comunidad, 1999.
- _____. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ASSIS, Renato L.; ROMEIRO, Ademar R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: caminhos da agricultura ecológica. Curitiba: Editora da UFPR, n. 6, 2002.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre: Emater/RS, v. 3, n. 3. jul./set. 2002.
- FLORIANI, Dimas; FLORIANI, Nicolas. Saber Ambiental Complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 3-23, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.
- LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental**. Tradução: Francisco Roberto Caporal. In: Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre: Emater/RS, vol 3, n. 1, jan-mar 2002.
- MEDEIROS, Monique; MARQUES, Flavia Charão. Heterogeneidades camufladas, resistências emergentes: práticas inovadoras no sistema agroalimentar no sul do Rio Grande do Sul. **Revista Agrícolas**, Rio de Janeiro, AS-PTA, v. 8, n. 3, p. 17-21, set. 2011.
- MICHELATO, André. O assessoramento técnico-organizativo como base para a organização social e política na agricultura familiar. In: BRANDENBURG, A et al. (Org.). **Ruralidades e Questões Ambientais**: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Brasília: MDA, 2007.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC-BRASIL). **Agroecologia**: uma alternativa para a continuidade da vida. Folder, s/d.

PEREZ-CASSARINO, Julian. **Metodologia de trabalho com grupos de base em agroecologia**. Material de formação da Escola de Formação de Educadores Populares – Módulo XIII. Irati: Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), 2005. Mimeo.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. Uma identidade que se constrói em Rede. **Caderno de Formação**, Curitiba: Rede Ecovida de Agroecologia, n. 1, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar e Emancipação Social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHMITT, Claudia. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Desde el pensamiento social agrario**. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba: ISEC/UCO, 2006a.

_____. **De la sociología rural a la agroecología**. Barcelona: Icaria editorial, 2006b.

_____. Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la soberanía alimentaria. **Revista Agroecología**, Murcia: Facultad de Biología/Universidad de Murcia, v.1, p. 7-18, 2006c.

SEVILLA GUZMAN, Eduardo; SOLER, Marta. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. **Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza**, Sevilla: Consejería de Cultura/Junta de Andalucía, v. 26. 2010. PH Cuadernos.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.